

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Partilha no pré-sal pode mudar](#) 3

[Título: Poder em Jogo](#) 5

Folha de S. Paulo

[Título: Analistas e governo projetam uma boa disputa para o leilão do pré-sal](#) 11

[Título: Pré-sal, emprego e crescimento](#) 13

[Título: Maia quer votar fim de regime de partilha no pré-sal](#) 17

Valor Econômico

[Título: Maia quer colocar em pauta projeto que prevê fim da partilha no pré-sal](#) 24

[Título: Destaque](#) 29

Sumário

VEÍCULO: O Globo **3**

Título: Partilha no pré-sal pode mudar 3

Título: Poder em Jogo 5

Título: Gargalo elétrico.....	6
Título: Lucro da Vale chega a R\$ 7 bi no trimestre	7
Título: Notas	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Governo espera arrecadar R\$ 7,7 bi hoje com o pré-sal	8
Título: Vale lucra 4 vezes mais	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Analistas e governo projetam uma boa disputa para o leilão do pré-sal	11
Título: Pré-sal, emprego e crescimento	13
Título: Atuação de companhias menores em leilão do pré-sal é incógnita	15
Título: Petrobras aprova adesão ao Nível 2 da Bolsa em busca de melhor governança	16
Título: Maia quer votar fim de regime de partilha no pré-sal	17
VEÍCULO: Correio Braziliense	19
Título: Bônus com pré-sal deve atingir R\$ 7,75 bilhões	19
Título: Competição será acirrada	21
VEÍCULO: Valor Econômico	22
Título: Eletrobras pode ajudar na caça às receitas	22
Título: Bandeira vermelha 2 mais cara vai aliviar distribuidoras em R\$ 1 bilhão	23
Título: Maia quer colocar em pauta projeto que prevê fim da partilha no pré-sal	24
Título: Quem paga a conta da tarifa branca?	27
Título: Destaque	29
Título: Leilão do pré-sal pode acelerar fim do domínio da Petrobras	29
Título: Petroleira alemã DEA planeja aquisições no Brasil	32
Título: Conselho aprova adesão da estatal ao Nível 2 de governança	33
Título: Vale mantém redução da dívida como prioridade	34
Título: Três grupos ainda demonstram interesse na Light	36
Título: Destaques	37
Título: Bambu vai estreitar em óleo e gasodutos	37

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Geralda Doca, Manoel Ventura, Ramona Ordoñez E Bruno Rosa****Título: Partilha no pré-sal pode mudar**

Governo quer adotar regime de concessão no pré-sal. Para analistas, mudança atrairá investimento.

Na véspera dos dois primeiros leilões de petróleo no país sob o regime de partilha desde 2013, o governo decidiu apoiar uma revisão de regras para exploração de petróleo no país. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou que vai colocar o tema em pauta e defendeu o retorno ao modelo de concessões, com o argumento de que seria possível arrecadar mais num cenário de crise no país. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, afirmou que a troca de modelo representaria um avanço e citou outras mudanças feitas recentemente, como o fim da obrigatoriedade de a Petrobras atuar como operadora em todos os campos e a flexibilização de regras de conteúdo local. — A gente tem que avançar e voltar ao critério da concessão. A idade da pedra acabou não por falta de pedra, mas pelo avanço da tecnologia.

Não podemos continuar achando que o petróleo vai se constituir numa riqueza infinita e guardar, na intenção de melhorar a vida das pessoas — disse Moreira. — O que nós devemos fazer é estimular a exploração. O regime de partilha foi instituído no país em 2010, no governo Lula. Neste modelo, o Estado continua a ser dono do petróleo e cabe às empresas compartilhar uma parte da produção com a União. Os concessionários remuneram o governo com uma parcela do chamado óleo-lucro (volume que sobra após o desconto dos custos de produção e investimento). Para as áreas que serão leiloadas hoje, o percentual varia de 10,34%, para Entorno de Sapinhoá, a 22,87%, para Alto de Cabo Frio Oeste. O governo é representado nos contratos pela estatal Pré-Sal Petróleo SA (PPSA).

VOTAÇÃO ATÉ O INÍCIO DE 2018

No modelo de concessão, ganha a disputa quem pagar mais ao governo pelo direito de exploração. A única área já leiloadada, Campo de Libra, em regime de partilha, deve entrar em operação no próximo mês. Maia afirma que pretende iniciar o debate sobre as mudanças no setor de petróleo, que seriam feitas via projeto de lei, este ano e votar a troca no modelo no início do ano que vem, após o recesso. — O leilão de sexta-feira (hoje) vai ser um grande sucesso. Se fosse pelo regime de concessão, seria um sucesso maior para o Brasil. O regime de partilha faz o governo virar sócio das empresas, o que é completamente desnecessário e sem sentido — disse. No dia anterior, o presidente da Câmara havia afirmado que o bônus total dos leilões de hoje, estimados em R\$ 7,75

bilhões, poderiam chegar a R\$ 40 bilhões sob o regime de concessão. Ele destacou a crise do país e do Rio como parte da motivação para a mudança. O secretário de Petróleo e Energia do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, presente à Offshore Technology Conference (OTC) Brasil, no Rio, evitou opinar, mas considerou a discussão positiva.

— É uma discussão latente. Temos que debater o assunto, mas precisamos ter cuidado para que isso não atrapalhe o calendário de leilões, pois já há leilão marcado para o próximo ano em regime de partilha — disse Félix. Segundo o secretário, caso a mudança de regime seja aprovada, as áreas do chamado polígono do pré-sal, no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, poderiam ser ofertadas para exploração sob o regime de concessão. — Simplificaria muito o processo. Seria possível calibrar a Participação Especial, um valor que incide sobre os campos produtores. Talvez, para o Brasil dos tempos de hoje, seja melhor ter um regime de concessão, porque a União vender o óleo é um desafio — destacou. Para João Carlos de Luca, da De Luca Consultoria e conselheiro da Barra Energia, a discussão representa um avanço para a indústria de petróleo no país: — Temos uma área praticamente inexplorada porque, economicamente, é muito mais difícil de viabilizar num cenário de baixo preço do óleo, como agora, e no regime de partilha.

‘PARTILHA TEM OBJETIVO POLÍTICO’

Segundo Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a mudança na lei permitiria que o país recuperasse credibilidade no mercado internacional. Ele também ressalta a perspectiva de alta na arrecadação e cita que o volume dos leilões de hoje chegaria a R\$ 40 bilhões no regime de concessão. — A concessão atrai mais investimento. É o regime adotado por países da Europa e pelos Estados Unidos. Mas é preciso rever com calma. Talvez não dê tempo para alterar a lei no ano que vem, já que os próximos leilões do pré-sal estão marcados no início de 2018. Tudo vai depender da vontade política. Essa alteração vai aumentar a segurança jurídica, pois traz mais estabilidade — afirmou Pires. David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), disse que a partilha nunca deveria ter existido. Para ele, é “preciso passar uma borracha nisso” e colocar o pré-sal novamente sob a concessão.

O economista Claudio Frischtak, fundador da consultoria InterB, acredita que a mudança vai atrair mais investimentos para o país, já que a concessão se provou o modelo ideal e robusto. Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, disse que o regime de partilha tem várias desvantagens, como a redução da eficiência dos investimentos no setor. Além disso, o regime aumenta as despesas com a criação de uma nova estatal, a PPSA, que já conta com 30 funcionários. — Na partilha, os custos são controlados. As compras feitas pelas

petroleiras têm de ser aprovadas pela PPSA. Isso cria um custo regulatório e um controle maior dos investimentos. O governo tem um duplo custo com fiscalização, seja via PPSA e ANP (Agência Nacional do Petróleo). A partilha foi criada com objetivo político, pois o governo consegue ter um peso maior no processo de investimento e fazer política com o petróleo na mão — disse Almeida.

Além de alterar o regime de exploração, Maia pretende colocar em votação um projeto do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) que permite à Petrobras comercializar até 70% do volume dos campos de petróleo na área da cessão onerosa. A intenção é permitir à estatal a transferência parcial de áreas contratadas nesta modalidade, desde que a empresa preserve ao menos 30% da participação no consórcio e seja autorizada pela ANP. Criada em 2010, a cessão onerosa cedeu à Petrobras o direito de exercer, por meio de contratação direta, atividades de exploração e produção numa determinada área do pré-sal com volume máximo limitado a cinco bilhões de barris. O acerto fez parte da operação de capitalização da companhia.

Na ocasião, ficou definido que, após a declaração de comercialidade das reservas, seria feita uma reavaliação. A Petrobras ainda negocia os parâmetros com a União e, diante da mudança de patamar de preço do óleo, estima ter recursos a receber. — A cessão onerosa está engasgada. Você tem uma empresa como a Petrobras, que tem um patrimônio enorme, mas não pode fazer investimento — disse Aleluia. O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, disse estar otimista com os leilões de hoje. — É lógico que quero que todas as áreas sejam arrematadas e que tenham muitos percentuais de óleo-lucro para a União. Está todo mundo animado. (...) Tomara que isso se transforme em contratos, encomendas e empregos para as empresas — disse, destacando que a francesa Total vai investir US\$ 1 bilhão no país no próximo ano.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País / colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder em Jogo

Prova dos 9

Temer teve 251 votos na Câmara, inclusive os de Antonio Imbassahy, Bruno Araújo, **Fernando Coelho Filho**, Leonardo Picciani, Marx Beltrão, Maurício Quintella, Mendonça Filho, Ronaldo Nogueira e Sarney Filho, ministros que voltaram hoje aos cargos, após substituírem votos duvidosos de suplentes. Sem

eles, a base do presidente cai para 242 deputados, quorum baixo para a agenda ambiciosa do Planalto.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Gargalo elétrico

A conta de luz está 40% mais cara desde 2012, quando houve a intervenção do governo Dilma no setor elétrico. Não deve ceder a curto prazo. Esta semana mesmo houve o anúncio da alta da bandeira vermelha. Os reservatórios têm menos água do que na época do apagão do governo Fernando Henrique. Os administradores do setor elétrico não conseguem ver os riscos a tempo.

As hidrelétricas estão velhas, com baixa produtividade, os reservatórios, assoreados, e os rios, fustigados pelos maus tratos. O governo Dilma quis construir novas hidrelétricas, passando por cima de todas as restrições ambientais e hoje se sabe que em várias delas houve desvio de recursos públicos. O governo Temer ignora os problemas que se acumulam. No ano passado, disse que haveria sobra de energia e agora está aprovando um aumento atrás do outro. Era fácil ver antes que o nível de água continuava baixo nos reservatórios. O modelo do ONS para monitorar o setor tem sido questionado por especialistas. Os governos Dilma e Temer passaram todo o ano de 2016 com bandeira verde apesar do baixo nível de água dos reservatórios. Foram iguais na demagogia. O pior momento do populismo tarifário foi com a MP 579, de setembro de 2012, quando a presidente Dilma reduziu a conta e, com isso, estimulou o consumo em época de escassez de água. O preço caiu e depois disparou.

O diretor da consultoria Excelência Energia, Erik Eduardo Rego, avalia que a tendência é de novos aumentos na conta nos próximos anos. Ele acha que só não haverá apagão porque a falta de energia derrubará o PIB. — Trabalhamos com um cenário de alta de 2,5% no PIB do ano que vem. Se fosse mais do que isso, bateria na trave. Acho que isso não ocorre porque as tarifas terão que subir antes, e isso irá afetar principalmente a recuperação da indústria — explicou. O que os especialistas dizem é que o sistema hidrelétrico brasileiro está velho, com baixa produtividade, e que o ONS não está dimensionando bem essa perda de eficiência. Com isso, autoriza um consumo maior do que as usinas conseguem gerar. Deveria determinar o uso de outras energias, a começar das mais limpas. Os reservatórios estão assoreados e há os "gatos de água", pequenos produtores que usam a água dos rios sem autorização.

Além disso, o órgão regulador considerou, nas suas projeções, que todos os projetos de energia do governo Dilma ficariam prontos nas datas planejadas. E não ficaram. — Fizemos um estudo usando o mesmo modelo do ONS. Refizemos as contas com o que houve de despacho, consumo e chuvas, e comparamos com as projeções. O resultado é que todo ano os reservatórios estão ficando 10 pontos abaixo do projetado. Há uma margem de erro de 10 pontos por ano, e isso foi se acumulando — disse. No Nordeste, o nível dos reservatórios caiu para 6,5% do total. Só não falta energia porque as eólicas estão trabalhando a todo vapor e já chegam a suprir 50% da geração. Eduardo Rego diz que hoje o Rio São Francisco caiu para 4º lugar como fonte de energia. A eólica é a primeira, depois, térmica a gás, e importação de outras regiões do país.

Em todo o Brasil, há 15 GW de térmicas em uso, para uma capacidade máxima de 19 GW. Essa diferença de 4 GW, de usinas mais caras e poluentes, é justamente a reserva que o sistema elétrico tem hoje para evitar apagões em caso de pico de consumo. Mas não é uma boa solução porque são as usinas mais sujas. O consultor Adriano Pires, do CBIE, diz que o governo Temer está repetindo o erro do governo Dilma em não fazer campanhas de racionalização do uso de energia. — Os governos têm medo de que a população confunda racionalização com racionamento. Isso é um erro. Se o PIB crescer 4% no ano que vem, há risco real de faltar energia. As contas vão ficar altas até que se recupere o nível dos reservatórios — disse. Entra governo, sai governo, tem faltado planejamento no setor elétrico. No final do ano passado, o governo Temer cancelou um leilão de eólica e solar, dizendo que havia sobra de energia no sistema e este ano marcou para dezembro um leilão de energia a carvão, a mais poluente. Agora, a Aneel elevou em 43% a sobretaxa na conta de luz, e o medo do apagão voltou a rondar o país.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Lucro da Vale chega a R\$ 7 bi no trimestre

Alta no preço do minério de ferro impulsiona resultado. Dívida cai.

O lucro líquido da Vale saltou 288% no terceiro trimestre de 2017, em comparação com igual período do ano passado. A mineradora obteve ganho de R\$ 7,1 bilhões ante R\$ 1,8 bilhão. A principal razão para o aumento foi a alta na cotação do minério de ferro. A média de preços do minério de ferro na China no terceiro trimestre deste ano foi de R\$ US\$ 71,18 a tonelada, segundo dados da Bloomberg, aumento de 22% em relação à média praticada nos meses de julho a setembro do ano passado. — A alta de preços foi um fator relevante no

resultado. Só não foi melhor porque, no fim do trimestre, os preços voltaram a cair um pouco — disse o presidente da Vale, Fabio Schvartsman.

MINA DE NÍQUEL PODE PARAR

A dívida caiu para US\$ 21,1 bilhões. A meta é que ela fique entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões ao fim deste ano. Quanto à Vale Nova Caledônia (VNC), operação de níquel no arquipélago francês de Nova Caledônia, Schvartsman afirmou que, se não conseguir um parceiro, a Vale deve encerrar a operação da mina. Uma decisão final deve ser tomada até o fim do ano. Schvartsman também adiantou que a Vale estará listada no Novo Mercado (mais alto nível de governança da Bolsa) a partir de 22 de dezembro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Fora da festa

O clima era de muito otimismo no governo com a segunda e a terceira rodadas do pré-sal, hoje. A disputa seria tão grande que a ANP acredita que terá gigante do setor de petróleo, desses que faturam dezenas de bilhões de dólares por ano, de fora da festa.

No mais

A política energética de Lula e Dilma foi um desastre do tamanho de uma usina como Itaipu no setor elétrico e de um campo do pré-sal na área de petróleo. Esse leilão, hoje, da ANP, pelo sistema de partilha, inventado pela dupla petista, deve arrecadar uns R\$ 7 bilhões para os cofres públicos. Mas, se fosse no regime anterior, de concessão, poderia chegar à ordem de R\$ 30 bilhões a 40 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna / Fernanda Nunes

Título: Governo espera arrecadar R\$ 7,7 bi hoje com o pré-sal

Leilão pode ser a última chance para compra das áreas pelo regime de partilha; Rodrigo Maia quer retomar o regime de concessões.

O governo coloca hoje em leilão oito áreas de petróleo localizadas no pré-sal das Bacias de Santos e Campos, com a expectativa de arrecadar R\$ 7,75 bilhões para o Tesouro e atrair mais de R\$ 100 bilhões em novos investimentos. Em 2013, a União arrecadou R\$ 15 bilhões com a venda do campo de Libra, a primeira área do pré-sal vendida pelo regime de partilha, sistema em que o lucro é dividido com a União.

O leilão de hoje pode ser a última oportunidade para as petroleiras comprarem áreas pelo regime de partilha da produção. Na quarta-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou que vai colocar em discussão no Congresso o fim desse sistema. A ideia é passar a tratar as áreas de petróleo do pré e pós-sal da mesma forma.

Se aprovada, as petroleiras não terão mais de ceder parte dos seus ganhos para a União. Em vez disso, leva a área quem apresentar o maior lance. Nesse caso, o ganho para a União é praticamente imediato. O dinheiro entra no dia da assinatura do contrato. Há um debate, porém, se esse é o modelo mais adequado para que o pré-sal gere o melhor retorno.

O fim da Lei da Partilha significa também que a Petrobrás não terá mais o direito de escolher os projetos que pretende operar. No leilão de hoje, a estatal escolheu três blocos para liderar – Alto de Cabo Frio Central, Peroba e Sapinhoá.

Ao todo, 16 petroleiras estão inscritas para participar das duas fases do leilão, divididas em 2.ª e 3.ª Rodadas de Partilha de Produção. Na 2.ª Rodada, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fará oferta de quatro áreas cujos reservatórios de petróleo estão ligados a outras reservas já concedidas.

Três áreas são na Bacia de Santos e uma na de Campos. Na 3ª Rodada, serão ofertadas quatro áreas, três na bacia de Santos e uma localizadas entre as duas bacias.

Surpresa.

A notícia da proposta de Maia surpreendeu a indústria petroleira, que nesta semana esteve reunida por três dias na OTC Brasil 2017, uma das principais feiras do setor, promovida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP). Sem ainda ter tido acesso ao texto de Maia, o secretário executivo de Exploração e Produção do IBP, Antonio Guimarães, amenizou o impacto que o possível fim do regime de partilha possa ter no leilão de hoje.

“É uma discussão que vai começar no Congresso. Não tem a materialidade ainda suficiente para as empresas precificarem essa discussão”, afirmou. Segundo Guimarães, o leilão será disputado por grandes petroleiras, que não à toa

vieram ao Rio para OTC Brasil 2017. “As maiores empresas do mundo estão aqui, todos os grandes executivos das empresas de petróleo estão aqui, nossa expectativa é que vai ser um sucesso”, afirmou.

Ele ressaltou, no entanto, que o sucesso do leilão não será medido pelo número de consórcios, já que os blocos do pré-sal são imensos e requerem US\$ 36 bilhões de investimentos. A expectativa é que o destaque seja a área de Carcará, pela qual o governo cobra o maior bônus de assinatura, R\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães e Mariana Durão

Título: Vale lucra 4 vezes mais

Mineradora teve ganhos de R\$ 7,1 bilhões no terceiro trimestre e vai migrar suas ações na B3 em 22 de dezembro.

Impulsionada por preços mais altos do minério de ferro, a Vale fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 7,1 bilhões, quase quatro vezes superior ao registrado no mesmo intervalo de 2016. A receita operacional líquida cresceu 31%, para R\$ 28,6 bilhões.

A mineradora anunciou ontem que, a partir de 22 de dezembro suas ações estarão listadas no Novo Mercado, segmento de mais elevada prática de governança corporativa da B3 (antiga BM&F Bovespa). A expectativa é que, mantidas as atuais condições de mercado e os esforços na redução de custos, a Vale tenha um bom quarto trimestre, disse o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, em teleconferência com analistas.

Ele lembrou que a conversão das ações preferenciais da companhia em ordinárias (com direito a voto) permitiu que a Vale migre para o Novo Mercado. O passo está previsto na reestruturação societária que a transformará em uma empresa sem controlador. Schvartsman reiterou que a Vale vai manter o pé no freio em relação a novos projetos e a pagamento de dividendos. Em 2018 o foco seguirá na redução do endividamento. De julho a setembro, a dívida líquida caiu 19%, para US\$ 21,066 bilhões.

A meta é encerrar o ano com dívida líquida entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões. A assinatura do financiamento do corredor logístico Nacala, em Moçambique, marcada para 22 de novembro, promete injetar US\$ 2 bilhões na caixa e ajudar a atingir o objetivo. Apesar do forte resultado, as ações da Vale fecharam com quedas de 2,62% (ON, na mínima) e 2,57% (PNA).

Analistas apontaram cautela quanto ao preço futuro do carro-chefe da Vale. O UBS destaca que a cotação do minério, hoje próxima de US\$ 60 a tonelada, pode sofrer os efeitos de uma menor atividade do setor de construção na China. A instituição projeta um preço próximo de US\$ 55 no longo prazo.

O cenário de preços traçado pela Vale, porém, se mantém otimista, com preços acima de US\$ 65 por tonelada em 2018. A companhia enxerga melhora na demanda e uma entrada menor de novos volumes de minério no mercado. A expectativa é que em 2018 sejam mais 50 milhões de toneladas, a maior parte da Vale.

Produção.

Diante disso, a produção de minério de ferro da Vale deverá beirar os 390 milhões de toneladas em 2018, acima da estimativa para este ano, de cerca de 360 milhões de toneladas. O plano da mineradora é chegar aos 400 milhões de toneladas de minério em 2019. No terceiro trimestre a Vale atingiu produção recorde de minério de ferro, de 95,1 milhões de toneladas, alta de 3,3% ante o mesmo período do ano passado.

A estratégia da companhia é melhorar suas margens, misturando minérios mais ricos em ferro, produzidos em Carajás (PA), com os de menor qualidade, produzidos em seus sistemas Sul e Sudeste (MG).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONADE DO RIO

Título: Analistas e governo projetam uma boa disputa para o leilão do pré-sal

Após quatro anos, o governo retoma nesta sexta (27) a oferta de áreas do pré-sal, com a realização de dois leilões simultâneos. A retomada ocorre após mudanças na legislação, que puseram fim à exclusividade da Petrobras e amenizaram os compromissos de compras de bens e serviços no Brasil.

Governo e mercado esperam disputa pelas áreas, ao contrário do que ocorreu no último leilão do tipo, em 2013, quando consórcio liderado pela Petrobras apresentou a única oferta pela área de Libra.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) oferecerá oito áreas, quatro delas já com descobertas de petróleo. Se vender todas, o governo arrecadará R\$ 7,75 bilhões –nos leilões do pré-sal, o bônus é fixo e vence a empresa que oferecer a maior parcela do petróleo produzido à União.

A perspectiva de sucesso é vista pelo governo como um reforço da agenda positiva após a votação na Câmara dos Deputados que impediu investigações contra o presidente Michel Temer na última quarta-feira (25).

"Vencemos a última sombra que pairava sobre a economia brasileira", disse em discurso na feira OTC (Offshore Technology Conference) o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, que reassumiu o cargo nesta quinta (26) depois de reforçar a base do governo durante a votação na Câmara.

Ao falar em "sinergia quase perfeita" entre governo e empresas, ele disse esperar que os leilões desta sexta sejam "um sucesso", mesmo posicionamento do diretor-geral da ANP, Décio Oddone, que aposta em disputas acirradas por algumas áreas.

Para analistas, a grande presença de executivos de alto escalão de petroleiras estrangeiras durante a OTC, esta semana, é um indicativo do interesse do setor pelo pré-sal.

Na plenária em que o ministro falou, havia um presidente, três vice-presidentes e dois executivos-chefes de exploração de seis das 17 empresas qualificadas para participar da disputa.

"Esses leilões são uma janela de oportunidade única, porque não há muitas oportunidades iguais no mundo e ninguém sabe o que vai acontecer depois das eleições no Brasil", disse Ricardo Bedregal, da consultoria especializada IHS Markit.

Entre os inscritos, estão empresas que já têm fatias em áreas do pré-sal, como a britânica Shell, a francesa Total e a norueguesa Statoil, além de estreantes como a gigante norte-americana Exxon e a Petronas, de Cingapura.

Executivos do setor apostam em participação agressiva da Exxon, que demonstrou grande apetite em leilão do pós-sal realizado em setembro, quando participou de consórcios responsáveis por ofertas de R\$ 3,76 bilhões, o equivalente a 98% do valor total arrecadado.

Para a segunda rodada, que será realizada primeira, a expectativa é que a maior disputa se dê sobre a área de Carcará, na Bacia de Santos. Trata-se de um pedaço de jazida já descoberta em área hoje sob concessão da norueguesa Statoil, da brasileira Barra Energia e da portuguesa Galp.

Já na terceira rodada, as atenções estão voltadas para Peroba, também em Santos. Ao lado de Norte de Sapinhoá e Alto de Cabo Frio Central, ela integra a lista de áreas em que a Petrobras decidiu exercer o direito de preferência.

Isso é, a estatal poderá ter uma participação de 30% no consórcio mesmo se perder a disputa.

Para essa rodada, o mercado aposta em repetição dos consórcios formados para o último leilão, juntando Exxon e Petrobras, Shell e a espanhola Repsol e Total com a britânica BP.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Fernando Coelho Filho

Título: Pré-sal, emprego e crescimento

Esta sexta-feira (27) será um dia histórico para o Brasil. Após um intervalo de quatro anos, o país volta a ofertar áreas de exploração do pré-sal, em bases completamente novas, no que está sendo considerado por investidores o leilão mais importante do ano em nível global.

Para disputar os oito blocos oferecidos, há 16 empresas habilitadas, duas delas nacionais. O número elevado de participantes é uma garantia de competição acirrada pelo direito à exploração, o que impulsionará os ganhos dos brasileiros com essa riqueza nacional que é o pré-sal.

Lembro que o critério de desempate nos leilões é a parcela da produção que a empresa se compromete a destinar ao Estado brasileiro.

Os números do leilão desta sexta-feira impressionam. A estimativa é que os blocos oferecidos nas rodadas demandem US\$ 36 bilhões em investimentos. O desenvolvimento das reservas vai gerar ao setor público cerca de US\$ 130 bilhões em royalties, imposto de renda e petróleo excedente (óleo-lucro) ao longo dos anos.

O Tesouro arrecadará, ainda, R\$ 7,75 bilhões com o pagamento, pelas licitantes vencedoras, dos bônus de assinatura, recursos que reforçarão o caixa da União de forma imediata.

Em um horizonte maior, os dados são ainda mais impactantes. Nos próximos dez anos devem ser construídas 17 plataformas de petróleo no país. Cada plataforma

resulta em um investimento de cerca de R\$ 16 bilhões e gera 68 mil empregos diretos e indiretos, segundo as empresas do setor.

O governo Michel Temer (PMDB) trabalhou com agilidade para viabilizar esse cenário tão promissor. Em poucos meses, modernizamos as regras do setor de petróleo, que, premido por normas irreais, estava paralisado.

Divulgamos, de forma inédita, um calendário dos leilões que serão realizados até 2019, o que facilitou o planejamento estratégico das empresas para os certames.

Os planos plurianuais passaram a ser um componente importante de nossa política para o petróleo –a ANP (Agência Nacional do Petróleo) divulgará, de forma sistemática, calendários de leilões para um horizonte de cinco anos.

Em outra frente, alteramos as regras de exigência de conteúdo local para dar racionalidade a uma política que estava empacada pela judicialização. Com isso, garantimos o estímulo à indústria nacional e a competitividade dos projetos.

O presidente Temer também sancionou lei, de iniciativa do Senado, que acabou com a obrigatoriedade de a Petrobras participar como operadora única de todos os blocos contratados pelo regime de partilha de produção em áreas do pré-sal.

Essa flexibilização foi crucial para a retomada dos leilões. Também veio ao encontro de anseios da própria estatal, que reconhecia suas limitações em investir em tantos projetos vultosos na velocidade exigida pelo país. Mais recentemente, o governo renovou por 20 anos o regime de tributação especial para as atividades de exploração e produção de óleo e gás.

Todo esse conjunto de medidas nos permitiu retomar os projetos de exploração e produção no país, no ritmo que os brasileiros e as rápidas transformações do mercado global demandam.

É o Brasil ampliando suas alianças com o mundo e criando as condições para o aumento da produção, com geração de emprego e renda e estímulo à demanda por produtos e serviços locais.

FERNANDO COELHO FILHO é ministro de Minas e Energia

PARTICIPAÇÃO

Para colaborar, basta enviar e-mail para debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias,

Título: Atuação de companhias menores em leilão do pré-sal é incógnita

O comportamento de empresas menores que foram habilitadas a dar lances nos leilões de campos do pré-sal que acontecem nesta sexta-feira (27) é uma das incógnitas das rodadas, segundo analistas desse mercado.

Entre as menores inscritas estão a colombiana Ecopetrol e a OP Energia, de Rodolfo Landim, ex-executivo de Petrobras e do grupo de Eike Batista, em sua fase inicial.

Para se habilitar, entretanto, as empresas tiveram de comprovar que atendem a vários requisitos, de porte do balanço a equipe com expertise.

O período de exploração, em que a companhia perfura para descobrir o potencial real de cada área, é custoso e de alto risco, o que dificulta a atração de investidores, lembra Octavio Fragata, sócio do Tozzini Freire Advogados.

"Veremos como se apresentarão, se será em consórcio." Para novatas nos leilões, porém, o simples fato de se apresentar ao mercado, estando habilitadas a dar lances, já é um passo importante, diz um executivo do setor.

A regra é a da partilha: as empresas pagarão um bônus fixo de R\$ 7,75 bilhões na soma por todos os oito campos, e quem se dispuser a entregar o maior volume de petróleo ao governo ganha.

É um jogo para operador grande, com campos enormes, e a tecnologia para produzir talvez ainda nem exista, diz Manuel Fernandes, sócio de óleo e gás da KPMG.

"São áreas em um polígono que comprovadamente tem bastante óleo. As gigantes não vieram para olhar."

O comportamento da Petrobras é outra atração das rodadas: a estatal pode exercer um direito de preferência após a abertura das propostas e levar um campo. Pela primeira vez, ela não será a operadora única do pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Petrobras aprova adesão ao Nível 2 da Bolsa em busca de melhor governança**

A Petrobras informou nesta quinta-feira (26) que seu Conselho de Administração aprovou em reunião na véspera o pedido de adesão da companhia ao segmento Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa, em passo que busca melhorar a governança da estatal e aumentar a independência da administração da companhia.

A empresa realizou, nesta manhã, conferência para explicar as mudanças, que deverão ser submetidas a uma assembleia de acionista ainda neste ano para que a adesão esteja concluída em 2017.

Hoje, a estatal está no Nível 1 da Bolsa, que tem regras mais suaves de governança, como a exigência de que o conselho de administração seja formado por pelo menos três membros —no Nível 2, o mínimo são cinco.

"A adesão da Petrobras ao Nível 2 vai dar mais transparência, criar independência e proteger a companhia de decisões que não buscam os melhores interesses da companhia", afirmou Pedro Sutter, gerente executivo de Governança.

Uma das principais mudanças será a criação de um conselho de minoritários, composto por um representante dos acionistas ordinários (com direito a voto), um dos preferencialistas (que detêm preferência no pagamento de dividendos) e um conselheiro independente.

Entre as atribuições desse conselho estará dar seu parecer sobre propostas de incorporação, fusão e cisão da companhia e a aprovação de contratos, por exemplo.

"É um passo importante que vai impactar positivamente na estrutura de governança da companhia e na percepção de valor pelos investidores. Vamos dar maior independência ao conselho de administração e um grau maior de independência em relação aos administradores e ao controlador", afirmou Isabela Carneiro da Rocha, gerente executiva de Relações com Investidores da Petrobras.

Ao aderir ao Nível 2, a estatal teria que dar direito a voto aos acionistas preferenciais. No entanto, explicou, a Lei do Petróleo estabelece que as preferenciais da empresa não podem ter essa possibilidade.

"O preferencialista não terá direito a voto, mas terá direito a voz. Eles vão ter um representante no comitê de minoritários, que terá um voto para determinadas matérias e que vai constar no manual de assembleia de acionistas e na proposta de administração", afirmou Carneiro da Rocha.

Segundo Sutter, a maior parte das adaptações para que a empresa aderisse a esse segmento de governança mais reforçada já vinham sendo feitas ao longo deste ano.

"Já fizemos mudanças importantes no estatuto da companhia. O regulamento dos minoritários foi alterado, os regimentos internos da diretoria executiva, houve uma série de transformações em governança, como a política de divulgação de atos relevantes e de negociação de valores mobiliários, que já vínhamos incorporando", disse.

A empresa disse ainda que passará a divulgar todo dia 10 de dezembro de cada ano o seu calendário anual de eventos societários e corporativos.

Além disso, disse a Petrobras, o processo prevê a celebração de contrato de participação no Nível 2 com a B3 e a União, como acionista controladora.

Segundo o fato relevante, o parecer do Comitê de Minoritários deverá ser incluído integralmente na proposta da administração, que instruirá o voto dos detentores de ações ordinárias em assembleia, segundo a empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Maia quer votar fim de regime de partilha no pré-sal

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou na noite de quarta (25) que vai discutir o fim do regime de partilha da produção no setor de petróleo, implantado pelo governo Lula após a descoberta de reservas gigantes no pré-sal.

Nesta sexta (27), o governo promove os primeiros leilões de partilha no país desde 2013, quando foi vendida a área de Libra. Serão oferecidas oito áreas do pré-sal, com um valor total de R\$ 7,75 bilhões.

O regime de partilha garante à União uma fatia da produção de petróleo das áreas. A participação do governo nos consórcios se dá por meio da estatal PPSA (Pré-Sal Petróleo SA), criada para este fim.

Na área de Libra, a única concedida sob o regime de partilha até este momento, a União tem direito a 41,65% do petróleo produzido, depois de descontados os custos.

Maia argumenta que, no modelo atual, o ganho do governo é menor.

No modelo de concessão, que ainda rege as áreas fora do pré-sal, ganha o leilão a empresa que apresentar o maior bônus de assinatura. Na partilha, a que se comprometer com o maior volume de óleo para o governo.

"O leilão a ser realizado nesta sexta vai dar uma arrecadação de R\$ 7 bilhões mas se fosse regime de concessão, poderia chegar a ordem de R\$ 40 bilhões", afirmou, segundo a Agência Câmara de Notícias.

Para especialistas, porém, o ganho do governo depende dos valores constantes no contrato. Pode ser maior na partilha, se os percentuais mínimos de óleo para o governo forem altos.

Estudo de consultores da Câmara dos Deputados publicado pela Folha esta semana, porém, mostra que os parâmetros utilizados para os leilões desta sexta são menos benéficos do que se as áreas fossem licitadas em concessão.

Em entrevista na feira OTC (Offshore Technology Conference), **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse que o foco do governo, neste momento, são os leilões desta sexta, mas que "qualquer ideia que possa dinamizar ainda mais o ambiente é muito bem vinda".

Ele evitou emitir opiniões sobre a proposta, alegando que ainda não conversou com Maia e disse que o tema só será tratado após os leilões.

"Mas, em se tratando de um projeto com apoio do presidente da Câmara, o governo tem todo o interesse em discutir", completou.

Coelho retornou ao posto nesta quinta (26), após ser exonerado para reforçar a base do governo na votação contra as denúncias contra Temer na quarta (25).

Durante a tarde, ele visitou a feira OTC e fez uma breve declaração aos executivos presentes, afirmando que o governo "venceu a última sombra que pairava sobre a economia brasileira", em referência ao risco de afastamento de Temer.

"Tenho certeza que amanhã será o início de uma nova etapa", disse, completando que espera sucesso no leilão de sexta. Em sua fala, o ministro disse que as mudanças promovidas no setor de petróleo durante o governo Temer foram resultado de uma "sinergia quase perfeita" entre governo e empresários.

Mais cedo, o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, disse que a discussão "é positiva", mas evitou falar em nome do governo, limitando-se a dizer que considera o regime de concessão menos complicado.

"Para a União, vender o óleo é complicado", disse. De fato, a PPSA vem acumulando petróleo porque não conseguiu ainda contratar uma empresa para vender sua parte na produção no mercado internacional. Ele avalia que a proposta de mudança no modelo não afetará o leilão desta sexta.

A proposta de fim da partilha agrada as petroleiras estrangeiras que operam no país.

CESSÃO ONEROSA

Maia disse ainda que colocará em votação projeto do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) que permite à Petrobras vender até 70% de participação nas áreas da cessão onerosa, concedidas à estatal durante o processo de capitalização da companhia, em 2010.

São cinco bilhões de barris de petróleo que, segundo a lei, só podem ser explorados pela Petrobras, sem direito a parcerias. Para o presidente da Câmara, o modelo "está inviabilizando" a companhia.

No momento, estatal e governo negociam a revisão do contrato, para adequar os termos à nova realidade de preços do petróleo - processo previsto para ocorrer a partir de 2014.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Bônus com pré-sal deve atingir R\$ 7,75 bilhões

Oito blocos próximos ou dentro da maior reserva de petróleo do país, no polígono do pré-sal das bacias de Campos e Santos, serão leiloados hoje a partir das 9h, no Rio de Janeiro. O governo espera arrecadar R\$ 7,75 bilhões em bônus de assinatura, no que está sendo considerado o mais importante certame do setor petrolífero em todo o mundo este ano.

A estimativa é que os campos de exploração e produção de petróleo e gás natural, nas profundezas do mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, gerem US\$ 36 bilhões em investimentos no país. Segundo o Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), cada R\$ 1 bilhão investido no setor gera 25 mil empregos. Só o pagamento de royalties, petróleo excedente (óleo-lucro) e Imposto de Renda deve resultar em US\$ 130 bilhões, segundo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Dezesesseis empresas, entre elas as maiores petrolíferas do mundo, estão habilitadas a disputar as 2ª e 3ª rodadas do Regime de Partilha.

Como o bônus de outorga é fixo para cada área, vencerão os grupos que ofertarem a maior participação do Estado brasileiro na produção a partir de um percentual mínimo predeterminado e do desconto dos custos (veja quadro). De acordo com a ANP, os blocos que não forem arrematados poderão ser colocados novamente em oferta, conforme decisão divulgada em 19 de outubro.

Das companhias dispostas a dar lances, hoje, apenas a Petrobras e a Ouro Preto são brasileiras. A Petronas, da Malásia, é a única a estrear no mercado brasileiro. E várias gigantes do setor, como Exxon, Chevron e Shell, voltam a apostar no Brasil. Para especialistas, as mudanças promovidas pelo governo na regulação foram responsáveis por atrair as maiores companhias de energia do mundo, que investem no país também em empreendimentos de energia solar, como a StateOil e a Total, e as chinesas que arremataram linhas de transmissão e a usina hidrelétrica de São Simão.

Para Antonio Guimarães, secretário executivo de Exploração e Produção do IBP, o que torna o leilão um dos mais importantes do mundo é o potencial da reserva. “Um poço do pré-sal produz 30 mil barris por dia. É um ativo único no mundo. O trabalho que o governo fez, com a renovação do regime fiscal do setor (Repetro) e a redução da exigência de conteúdo local para um nível mais factível, deu um sinal positivo para os investidores”, afirmou.

As alterações do governo estão baseadas em um tripé: o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única e deter 30% da participação; redução de pelo menos 50% no percentual mínimo exigido de conteúdo local (para campos em mar de profundidade superior a 100 metros caiu para 18%, na construção para 25%, na coleta para 40% e nas plataformas para 25%); e o Repetro, com

um decreto que prorroga os incentivos fiscais que venceriam em 2020 para 2040 e medidas provisórias que contemplam um regime tributário especial para o setor.

Estímulo

“As mudanças estimularam os investidores a retomarem a indústria do petróleo no país”, ressaltou João Carlos de Luca, conselheiro do IBP e consultor da De Luca Consultoria em Petróleo e Gás. “Precisamos de aperfeiçoamentos, como definições tributárias, e um esforço para agilizar os licenciamentos ambientais”, destacou. De Luca participou, ontem, de um evento mundial do setor no Rio de Janeiro, no qual também estavam presentes os principais executivos da ExxonMobil, BP, Repsol, Chevron e Shell. “Todos eles mostraram apetite. Teremos uma competição muito acirrada”, estimou.

Na opinião de Marcelo Fiche, professor de Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB), apesar de não ser possível comparar as condições do único leilão de partilha já realizado, do Campo de Libra, com as das próximas rodadas, os percentuais mínimos poderiam ser mais altos e a outorga também. Para Libra, o bônus foi de R\$ 15 bilhões e o percentual mínimo de 42,65%. “Naquele cenário, o barril do petróleo estava a US\$ 100, hoje está a US\$ 50, mas Libra tinha risco menor”, enumerou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Competição será acirrada

A expectativa sobre o leilão é a melhor possível entre os especialistas do setor, mas o regime de partilha não convence Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie). “Não há dúvidas de que haverá competição entre as principais petroleiras do mundo, mas se fosse pelo modelo de concessão, o governo colocaria no bolso R\$ 40 bilhões em outorga e não apenas R\$ 7,75 bilhões”, criticou. “Ainda bem que Rodrigo Maia (deputado do DEM-RJ e presidente da Câmara) anunciou que vai colocar dois projetos em pauta, um mudando a cessão onerosa e outro propondo o fim da partilha, que são modelos absurdos criados pelos governos petistas”, disse.

João Paulo Naegele, especialista do setor de óleo e gás do escritório Vinhas e Redenschi Advogados, aposta que os percentuais mínimos estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) serão superados. “O leilão será muito acirrado. Os blocos ofertados têm potencial de produção muito bom e as modificações no ambiente regulatório trazem

atrativo”, ressaltou.

No entender de Livia Amorim, especialista em petróleo e gás do Escritório Souto Correa Advogados, o leilão marca a retomada de uma indústria do setor, marcada por desemprego em massa e estaleiros fechados. “Há inovações importantes. As regras foram calibradas. Com o fim da obrigatoriedade de a Petrobras participar, ela exerceu direito de preferência apenas em alguns bloco, mas poderá disputar outros também. Neste sentido, é um teste importante”, afirmou.

Já Marcelo Fiche, professor de Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB), questiona que a indústria seja retomada como se espera. “Realmente o setor parou. Mas o leilão não dá garantia de que será alavancado, porque houve um afrouxamento grande da exigência de conteúdo local”, alertou. **(SK)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | Brasília

Título: Eletrobras pode ajudar na caça às receitas

A privatização da Eletrobras é uma das variáveis que devem ser consideradas na queda de braço que o Tesouro Nacional empreende pela devolução de recursos emprestados ao BNDES e para o cumprimento da regra de ouro das contas públicas, que define que o governo não pode financiar gastos correntes com emissão de dívida.

A secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, reconheceu que só parte dos recursos decorrentes da privatização da estatal está considerada nas projeções de receitas do governo. Só estão na conta R\$ 7,7 bilhões que a União deve receber por conta da desotização da energia gerada pela estatal (que está diretamente associada à privatização).

Esse valor da desotização, contudo, pode dobrar, a depender das estimativas que o governo fizer na projeção de preço de energia trazidos a valor presente. As estimativas podem ser maiores que os R\$ 15 bilhões atualmente calculados. Além disso, se o governo vender parte de suas ações da estatal, obterá receita financeira, que reduz a necessidade de emissão de dívida e ajuda na regra de ouro.

A redução da participação do governo na Eletrobras, de modo a torná-lo minoritário, não necessariamente envolverá a venda de ações, pois a ideia inicial é aumentar o capital da empresa e diluir a participação do governo.

A venda de papéis do governo se torna uma alternativa que pode ser considerada dentro da necessidade de cumprir a regra de ouro, especialmente depois que a equipe econômica divulgou nota que abriu espaço para interpretações de que o repasse do BNDES em 2018 será menor do que os R\$ 130 bilhões solicitados pelo Tesouro.

O rombo estimado a ser coberto para que seja cumprida a regra de ouro no ano que vem é de R\$ 184 bilhões. O desafio é muito grande e a resistência do BNDES o torna ainda maior, ensejando uma ávida busca por fontes de recursos. Nesse caso, a Eletrobrás pode ser uma ajuda importante, ainda que nem de longe tenha alguma possibilidade de solucionar o problema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Bandeira vermelha 2 mais cara vai aliviar distribuidoras em R\$ 1 bilhão

O aumento do valor do patamar número 2 da bandeira tarifária vermelha, de R\$ 3,50 para R\$ 5 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, vai significar um alívio de R\$ 1 bilhão no caixa das distribuidoras de energia, que arcam com as despesas de geração termelétrica mais cara, no período de escassez hídrica do sistema elétrico brasileiro.

O cálculo é da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Segundo estimativas da entidade, se nada fosse feito, as distribuidoras teriam uma despesa da ordem de R\$ 6 bilhões até o fim do ano. O valor só poderia ser repassado ao consumidor nos processos de reajuste tarifário.

"A mudança do valor do patamar da bandeira tarifária foi sensata, porém insuficiente", afirmou o presidente da Abradee, Nelson Leite, ao **Valor**. Segundo ele, não há nenhuma perspectiva, por parte da entidade, de alguma medida de auxílio por parte do governo, com utilização de recursos públicos. Também não há expectativa de novo empréstimo bancário firmado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para socorrer as companhias, a exemplo dos R\$ 17,8 bilhões contratados no passado e que serão cobrados do consumidor.

A Abradee entregou na semana passada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) carta com sugestões para aliviar o caixa das empresas durante o período de maior estresse no sistema devido à escassez hídrica, quando termelétricas de custo de operação mais elevado são acionadas. Ao todo, a entidade propôs três soluções.

A primeira seria usar recursos superavitários da Conta de Energia de Reserva (Coner), encargo criado para custear a energia de reserva contratada em leilões específicos, para aliviar o caixa das distribuidoras com as despesas de operação de termelétricas caras. Segundo Leite, há superávit da ordem de R\$ 1 bilhão na conta. Outra medida seria adiar para o último dia do mês a data de pagamento pelas distribuidoras das despesas pela geração das termelétricas.

Caso a implementação das duas alternativas anteriores não solucionem o problema de caixa da distribuidora, a sugestão seria a realização de revisão tarifária extraordinária (RTE) para a empresa.

Segundo Leite um aspecto positivo dessas propostas é que para todas elas, basta que a Aneel determine a colocação em prática, não sendo necessário negociar o aval do governo ou mudança em legislação no Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto, Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e André Ramalho | De Brasília e Rio

Título: Maia quer colocar em pauta projeto que prevê fim da partilha no pré-sal

A agenda do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para retomada da economia após a rejeição da denúncia contra o presidente Michel Temer envolve mudanças no setor de óleo e gás, com o fim do regime de partilha do pré-sal, criado no fim do governo Lula, e a possibilidade de a Petrobras vender até 70% da cessão onerosa na Bacia de Santos para se capitalizar.

A ideia de Maia é estabelecer uma marca de seu partido no setor e revitalizar investimentos no Rio de Janeiro, sua base eleitoral, paralisados pela crise na estatal. O primeiro projeto, protocolado em 2013 pelo ministro da Educação, o deputado licenciado Mendonça Filho (DEM-PE), determina que a exploração e a produção nas áreas do pré-sal serão obrigatoriamente pelo modelo usado até 2010, o regime de concessão.

A proposta surgiu depois de o leilão do campo de Libra, feito sob o regime de partilha, acabar com apenas um consórcio participante. Mendonça atribuiu o "fracasso" à legislação que obrigava a Petrobras a ser operadora única do pré-sal. Mas o texto ficou parado e só ganhou força quando o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) chegou à Presidência da Câmara e a estatal entrou numa crise financeira.

O governo Dilma Rousseff atuou contra o projeto. O requerimento de urgência, apoiado só por PSDB, DEM, SD e PPS, foi rejeitado por 311 a 106. A ex-presidente Dilma conseguiu apoio da base ao prometer aprofundar o debate sobre projeto do senador José Serra (PSDB-SP), que acabava com a obrigação de a Petrobras ser a operadora única do pré-sal e possuir pelo menos 30% de todos os campos explorados, o que, contudo, só foi aprovado no governo Temer.

Já a permissão para a Petrobras vender até 70% dos 5 bilhões de barris de petróleo a que tem direito nas áreas sob o regime da cessão onerosa do pré-sal, recebidas sem licitação da União em 2010 como parte do projeto de capitalização da estatal, consta de um projeto de autoria do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) apresentado anteontem.

Pela proposta, a estatal ainda terá que ficar com pelo menos 30% do consórcio formado. Já a Agência Nacional de Petróleo (ANP) precisará dar o aval à venda e garantir que sejam mantidas todas as condições do atual contrato. O prazo para concluir essa transação será de um ano.

Para Aleluia, a Petrobras não tem recursos para explorar esse ativo, mas poderia arrecadar dinheiro para esse e outros investimentos com a venda. "Estamos com um potencial enorme não explorado e um setor que não produz e nem investe", disse.

A discussão de mudanças expressivas no setor no modelo regulatório de áreas do pré-sal ocorreu às vésperas do segundo e terceiro leilões do pré-sal, marcados para hoje. Na visão do secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix, não há risco de o debate afetar os planos das empresas no atual certame.

Félix, que participou ontem da Offshore Technology Conference (OTC) Brasil, principal evento da indústria de óleo e gás neste ano, manifestou preocupação com o impacto desse debate sobre o calendário dos próximos leilões. Isso porque, na sua avaliação, as discussões sobre o fim do regime de partilha dificilmente seriam concluídas no Congresso antes de dezembro, o que comprometeria a 4ª rodada do pré-sal, prevista para junho de 2018.

"Temos que tomar cuidado para que isso não atrapalhe o calendário de leilões", disse Félix. "É melhor ter o leilão [em 2018] do que adiar para 2019 para mudar o modelo. Vamos trabalhar para que se tenha o leilão do ano que vem, a princípio de partilha." Caso seja aprovado pela Câmara, o projeto terá que ser votado pelo Senado.

Para o secretário, seria mais simples negociar as áreas do pré-sal se tudo fosse pelo modelo de concessão. Neste caso, a arrecadação que o governo pretende

obter em óleo lucro poderia ser alcançada por uma calibragem no valor da participação especial. O problema, ressaltou, é que a mudança teria que ocorrer até dezembro para não comprometer o leilão de 2018.

Maia não falou em prazos para votar os projetos, mas defendeu que, no regime de concessão, o governo poderia arrecadar R\$ 40 bilhões com os leilões de hoje, e não R\$ 7 bilhões, que é o lance mínimo.

As preocupações sobre o prazo, contudo, tem fundamento porque a oposição pretende usar meios regimentais para evitar o fim do regime de partilha. "Não tem chance de acordo. Vamos para a guerra", afirmou o líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini (SP).

Com relação ao projeto de Aleluia, o secretário disse que também deve ser olhado com cuidado para não afetar as renegociações do contrato da cessão onerosa em curso pelo MME e a Petrobras. Ele, no entanto, acredita que o projeto pode acelerar as conversas entre governo e estatal, que teria motivação extra para encerrar o assunto.

As duas mudanças propostas agradaram o mercado. O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP) se mostrou favorável, em uma primeira análise, ao PL de Aleluia. Para a entidade, o projeto permitirá mais dinamismo e investimentos para o setor petrolífero.

"Ao permitir que a Petrobras venda parte de sua participação na cessão onerosa, você traz outros atores para se associar com a Petrobras e aumenta a velocidade de desenvolvimento da própria cessão onerosa porque a parte financeira deixa de ser um limitante. Com aqueles recursos, a Petrobras ou vai pagar a dívida ou vai fazer outras coisas. Isso vai multiplicar o desenvolvimento de projetos no Brasil", afirmou o secretário-executivo do IBP, Antonio Guimarães. Ele disse que o instituto analisará o projeto com mais profundidade.

Questionado sobre a intenção de Maia de pautar a discussão sobre o fim do regime de partilha da produção até o fim do ano, Guimarães disse que o IBP não é contra o regime de partilha praticado internacionalmente, mas critica o modelo brasileiro. Segundo ele, o modelo brasileiro dá poder desproporcional à estatal Pré-sal Petróleo SA (PPSA) nos processos de tomada de decisão do consórcio dono das áreas exploratórias do pré-sal.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, não quis comentar dizendo que está focado nos leilões de hoje, mas que todo projeto para "dinamizar e melhorar ainda mais o ambiente [de negócios] é bem-vindo".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Paulo Steele****Título: Quem paga a conta da tarifa branca?**

A livre escolha do cidadão não é a melhor opção para a sociedade quando se trata de tarifa de eletricidade. Essa constatação diz respeito ao menos à Tarifa Branca, modalidade de cobrança que sinaliza aos consumidores de baixa tensão a variação do custo da energia conforme o dia e o horário de consumo. É que o caráter opcional desse sistema, que entra em vigor a partir de janeiro, deve causar desequilíbrio econômico-financeiro nas concessões de distribuição de energia elétrica, com prejuízos para todo o conjunto de consumidores.

Até hoje, os consumidores em baixa tensão pagaram apenas um tipo de tarifa, a Convencional, que tem um valor único (em R\$/kWh) cobrado pela energia consumida e que não varia conforme o dia e o horário. A Tarifa Branca, por sua vez, cria condições que incentivam parte dos consumidores a deslocar o consumo dos períodos de ponta para aqueles em que a rede de distribuição tem capacidade ociosa. A ideia é induzir a chamada modulação de carga para a otimização do sistema elétrico, com a atribuição, aos usuários, de responsabilidades pelo uso da rede, por meio da redução ou elevação das faturas dependendo da hora em que se concentra o consumo de energia.

Essa sinalização é recomendável, pois favorece a eficiência energética, a redução das perdas técnicas e dos custos com a expansão das redes. No caso brasileiro, inicialmente a Tarifa Branca será disponibilizada aos consumidores que utilizam mais de 500 kWh por mês, passando a 250 kWh em 2019, e a qualquer montante no ano seguinte.

Sistemas de tarifação diferenciados podem ser implantados de maneira compulsória ou opcional. Nos programas compulsórios, via de regra os produtos tarifários são estabelecidos em condições de alocar, da melhor forma possível, os custos à prestação dos serviços de fornecimento. Na prática, os consumidores são duplamente beneficiados, pois reduzem suas faturas ao racionalizarem a utilização do sistema frente aos sinais econômicos apresentados e, num segundo momento, são agraciados com tarifas efetivamente mais baixas pela consequente postergação de investimentos em expansão das redes.

Apesar disso, raramente sistemas do tipo foram instalados de maneira mandatória, conforme mostra relatório da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) que avaliou as tarifas de 65 concessionárias de grande porte de diferentes países. Os pesquisadores

associam tais resultados ao fato de que os custos de instalação de um programa do tipo podem ser elevados, devido à necessidade de substituição dos medidores e às exigências em termos de controle das informações. Eles alertam, no entanto, que um programa opcional pode causar perdas significativas de receita para as concessionárias, sem ganhos que as compensem.

Raramente sistemas do tipo opcional foram instalados de maneira mandatória, como mostra relatório da EPA

Isso ocorre porque, quando tais programas são opcionais, estão atrelados a riscos e geram incertezas quanto à arrecadação de receita pelas distribuidoras, uma vez que apenas as unidades consumidoras que vislumbrarem reduções nas suas faturas em função de seus hábitos de utilização ou possíveis modificações nos mesmos irão optar pelo programa. Tal arranjo resulta em redução na receita das empresas praticamente sem contrapartida de ganhos e compensações, dado o baixo impacto em termos de mudanças no uso da rede.

O resultado é semelhante à divisão de uma conta de consumo por um grupo num bar em que aqueles que beberam pouco optam por pagar apenas o montante efetivamente consumido, enquanto os demais pagam uma fração do consumo (o valor total dividido pelo número de pessoas presentes). Não tem jeito: parte da conta fica descoberta, implicando que alguém acabe tendo de gastar mais. No setor elétrico, seria necessária a adoção de mecanismos de compensação de receita, para cobrir custos e garantir a remuneração dos investimentos da concessionária.

No caso brasileiro, pudemos comprovar esses riscos com simulações feitas com dados de cinco distribuidoras (Light, AES Eletropaulo, Coelba, Cemig e Celesc). No processo, avaliou-se em que proporção os perfis de consumo elegíveis teriam suas faturas alteradas comparativamente à opção tarifária Convencional, sem nenhuma variação no perfil de consumo das unidades consumidoras - cenário denominado "0% de Modulação" de carga.

Em todos os casos, os resultados indicam que a Tarifa Branca no formato opcional, se aplicada aos subgrupos tarifários residencial, rural, comercial e industrial, causará um déficit de faturamento para as distribuidoras de entre 1,3%, no caso da Celesc, e 3,01%, no caso da Cemig, da expectativa de receita com o mercado elegível frente às tarifas convencionais. As simulações também indicam que esse déficit tende a aumentar proporcionalmente aos deslocamentos de carga que venham a ocorrer em resposta ao novo sinal tarifário.

Além do desequilíbrio propriamente dito, é importante atentar para que as alternativas adotadas para corrigir as distorções não incorram na criação de subsídios cruzados: eventuais compensações devem ser feitas de maneira que sejam preservadas as responsabilidades dos consumidores dos diferentes níveis de tensão quanto ao uso das redes.

Por fim, seria necessária a avaliação do "risco de adesão" ao novo sistema de tarifas para que seja possível efetivamente antever seu impacto sobre a receita das concessionárias, de forma a evitar o comprometimento de seu equilíbrio econômico financeiro - uma ameaça séria que se torna ainda preocupante num momento como o atual, desafiador seja para o sistema elétrico como para a economia brasileira em geral.

Paulo Steele é sócio-diretor da TR Soluções.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaque

Investimento da Total

A petroleira Total vai anunciar um investimento de US\$ 1 bilhão no Brasil para 2018. A informação foi passada diretamente pelo diretor-geral da petroleira francesa no Brasil, Maxime Rabilloud, e pelo presidente da Total para as Américas, Michael Hourcard, em encontro com o ministro de **Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, durante participação na Offshore Technology Conference (OTC) no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner, André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Leilão do pré-sal pode acelerar fim do domínio da Petrobras

Os leilões do pré-sal marcados para hoje podem representar um dos maiores movimentos que o país já realizou no setor de petróleo e gás desde o fim do monopólio da Petrobras em 1997. Ao todo, 16 empresas, entre nacionais e estrangeiras, vão disputar as oito áreas ofertadas na 2ª e 3ª rodadas, podendo criar uma diversificação inédita no setor no país. Organizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), pela primeira vez petroleiras privadas poderão participar como operadoras em uma licitação sob regime de partilha, depois que acabou a exclusividade da estatal brasileira este ano, em áreas com grande

potencial de produção. E o jogo promete ser pesado, com a presença das grandes companhias.

A expectativa do governo é arrecadar R\$ 7,75 bilhões com as duas rodadas, além da receita firme pela comercialização do petróleo quando os campos entrarem em produção. Executivos das grandes petroleiras mundiais passaram a semana em reuniões com geólogos avaliando as perspectivas dos blocos oferecidos. A participação de empresas de porte menor, como a brasileira Ouro Preto Óleo e Gás, de Rodolfo Landim, será bem mais restrita. Há duas semanas, Landim disse que ainda buscava atrair investidores.

Há muita expectativa sobre a participação da americana Exxon. Tomando como base as aquisições e o volume de dinheiro pago pelas áreas na 14ª Rodada, quando fez as maiores ofertas do leilão em parceria com a Petrobras, certamente a presença da gigante deve balizar para cima as propostas das concorrentes. Outra estrangeira que tem investido com vigor no pré-sal é a francesa Total. Ontem, a empresa informou ao ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, em evento no Rio, que pretende aplicar R\$ 1 bilhão em 2018 no Brasil, sem dar maiores detalhes.

Magda Chambriard, ex-diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), aposta em uma grande disputa na 3ª Rodada pelo bloco Alto de Cabo Frio Central, uma das três áreas em que a Petrobras já manifestou interesse. A estatal vai exercer o direito de preferência que garante a posição da companhia como operadora, com participação mínima de 30%. As outras áreas são Peroba e a área unitizável do bloco chamado Entorno de Sapinhoá.

O Alto Cabo Frio Central é apontada por Magda como uma das oportunidades que devem ser observadas. Existe outra, a Alto Cabo Frio Oeste, que também deve chamar a atenção. "Alto Cabo Frio tem excelentes dados geofísicos e com um sistema petrolífero se mostrando, em dados de sísmica, muito bom e consistente, apontando para um volume muito significativo", afirma.

Outra área que pode ser disputada é Carcará, que é uma extensão do campo do pré-sal já operado pela Statoil. Segundo algumas apostas, a empresa norueguesa pode tentar ficar também com a área da União.

Magda chama a atenção ainda para Peroba e Pau-Brasil, apesar de considerar esse último mais desafiador. "Tem quem avalie que Pau Brasil é menor por causa do tipo de fluido que aparece [na sísmica], mas eu acho que não. Mas o que vai definir é a broca, quando ele for perfurado", disse Magda, destacando esse bloco como uma oportunidade arriscada.

O crescimento da participação privada no setor é peça-chave para a sustentação da curva de produção brasileira

Apesar da Petrobras ter o direito de preferência, isso não significa que será fácil, em termos financeiros, conquistar essas áreas. No bloco pelos quais já manifestou interesse, a estatal terá meia-hora para decidir se cobre a oferta de um eventual concorrente. O critério de desempate não é o maior bônus, e sim o maior percentual de petróleo oferecido para a União, como prevê o regime de partilha de produção.

Segundo estudo da Accenture Strategy, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro), o mercado começa realmente a se diversificar: enquanto as petroleiras privadas responderam, em 2016, por apenas 6% dos investimentos do setor no Brasil, a expectativa é que em 2025 essas companhias representem 38% dos aportes.

Atualmente, 20 anos após o fim do monopólio da Petrobras, apenas um seleto grupo de três multinacionais opera no pré-sal: Shell (Gato do Mato), Statoil (Carará e Pão de Açúcar) e Total. A francesa aguarda ainda o aval das autoridades para assumir a operação do campo de Lapa, recém adquirido da Petrobras.

Embora as petroleiras privadas respondam por 22% do volume de petróleo produzido no país - porque muitas das companhias são sócias minoritárias da Petrobras nos campos mais produtivos do pré-sal -, a parcela da produção nacional operada por empresas que não a Petrobras é muito restrita: 7%. E nesse ambiente, o pré-sal é o mais atraente. Ontem, Décio Oddone, diretor-geral da ANP, destacou que apesar de os campos produtores do pré-sal terem sido leiloados em 2000, hoje eles respondem por 48% da produção brasileira de petróleo.

Segundo dados de agosto da ANP, que ainda não contabilizam a parcela de produção da Total em Lapa, existem cerca de 40 empresas produtoras de óleo e gás no país, sendo a maior parte responsável por campos de pequeno porte: apenas Shell, Statoil, Chevron, PetroRio e Dommo Energia (ex-OGX) operam projetos de ao menos 5 mil barris diários de petróleo.

O crescimento da participação privada no setor é peça-chave para a sustentação da curva de produção brasileira. Segundo projeções da consultoria IHS Markit, a curva de produção de petróleo da Petrobras deverá atingir seu pico na primeira metade da próxima década, próximo a 2022. A produção nacional, por sua vez, atingirá o seu pico, acima de 4 milhões de barris diários, aproximadamente em 2026, alavancada pela produção das demais petroleiras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petroleira alemã DEA planeja aquisições no Brasil**

Após concretizar sua entrada no mercado mexicano este ano, a petroleira alemã DEA Deutsche Erdoel AG quer reforçar sua presença na América Latina e mira oportunidades de aquisição no Brasil. Presidente da Letter Onde Energy, fundo de investimentos que controla a DEA, Lord John Browne, ex-presidente mundial da britânica BP, afirma que as recentes mudanças regulatórias marcam um novo período de abertura do mercado brasileiro e que a companhia tem recursos para fazer "investimentos significativos" no país, dentro de expansão da petroleira.

O plano de crescimento da empresa prevê praticamente dobrar sua produção em três anos. Hoje, a DEA produz cerca de 120 mil barris diários, principalmente no Mar do Norte e Alemanha.

O primeiro passo para a entrada da empresa no mercado brasileiro foi dado em julho, quando a DEA fechou um acordo com a australiana Karoon para avaliar conjuntamente oportunidades de negócios no Brasil. O foco da parceria está na exploração e produção de ativos marítimos.

A alemã assumiu opção de compra de 50% de Echidna e Kangaroo, descobertas feitas pela Karoon no pós-sal de Santos e que estão previstas para começar a produzir na virada para a próxima década.

Esta semana, Browne visitou o Brasil, para participar do evento Offshore Technology Conference, no Rio, e disse ao **Valor** que a companhia mira tanto oportunidades de aquisições de ativos em produção ou em fase de desenvolvimento, quanto o calendário de leilões de blocos exploratórios.

Questionado se a empresa tem interesse nos campos maduros colocados à venda pela Petrobras, o executivo confirmou que a DEA está monitorando o programa de venda de ativos da estatal.

No setor de exploração, a empresa estava inscrita para a 14ª Rodada, de setembro, mas não chegou a participar. Segundo Browne, a companhia não identificou "nada que particularmente tenha atraído" a atenção da empresa, mas a DEA continua olhando o país, que oferece oportunidades interessantes em diversas fronteiras exploratórias.

"O bom da atividade de exploração e produção é que ninguém tem exatamente a mesma visão. Alguns querem explorar uma determinada região, outros querem investir em outras. Isso é interessante porque o Brasil é rico em oportunidades a serem desenvolvidas", disse. "Estamos investindo para aumentar nossa participação na América Latina. Investimos no México e estamos olhando o Brasil. Estamos entusiasmados com o Brasil", disse.

Browne disse que as mudanças regulatórias no Brasil ajudaram a aumentar a atratividade do país e destacou o fim da operação única da Petrobras como um marco. "É saudável, porque mais participantes podem entrar no mercado brasileiro. Quanto mais competição, mais tecnologia, mais inovação".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Conselho aprova adesão da estatal ao Nível 2 de governança

O conselho de administração da Petrobras aprovou a adesão da companhia ao Nível 2 de governança corporativa da B3. A expectativa da petroleira estatal é que a proposta seja referendada pela assembleia geral de acionistas ainda este ano, disse ontem a gerente-executiva de relações com investidores da companhia, Isabela Carneiro.

O Nível 2 é o patamar intermediário de governança da bolsa e tem como principal diferença para o Novo Mercado a possibilidade de emissão de ações preferenciais.

Isabela explicou que, com a adesão, os preferencialistas terão um representante no Comitê de Minoritários - que por sua vez terá suas atribuições ampliadas e passará a examinar e opinar, "em caráter consultivo e não vinculante", sobre matérias em que as ações preferenciais teriam o direito de voto pelo regulamento do Nível 2 (como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a companhia).

A nova atribuição do comitê tem como objetivo atender exigências estabelecidas no regulamento da B3, sem violar a Lei do Petróleo, que impede o direito de voto dos preferencialistas. Segundo Isabela, a adesão impactará positivamente tanto a governança, quanto a percepção de valor da companhia.

"O Nível 2 dá direito de voto aos acionistas preferenciais. Por conta da Lei do Petróleo esse direito não é possível, mas [o preferencialista] passará a ter direito de voz", disse ela, em teleconferência com jornalistas.

O gerente-executivo de governança da Petrobras, Pedro Sutter, explicou que o parecer do comitê de minoritários deverá ser incluído integralmente na proposta da administração, que instruirá o voto dos acionistas ordinaristas em assembleia.

"[A adesão] dá mais transparência e vai ajudar a proteger a companhia de decisões que não buscam melhor interesse da companhia", disse ele, destacando que a medida busca trazer os minoritários para dentro do processo decisório.

Questionado sobre as reais mudanças práticas do direito a voz dado aos acionistas minoritários, já que eles já se pronunciam hoje durante as assembleias, Sutter disse que o fato de a posição dos minoritários passar a constar obrigatoriamente nos manuais das assembleias é importante. "O constrangimento da opinião pública do minoritário é muito relevante nesse processo", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Rafael Rosas e Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Vale mantém redução da dívida como prioridade

Depois de garantir a migração para o Novo Mercado da B3 - o que está previsto para 22 de dezembro -, a Vale vai continuar a perseguir melhorias operacionais. O trabalho inclui redução da dívida e de custos, maiores ganhos nas vendas de minério de ferro e resultados positivos no níquel. A curto prazo a empresa tem ainda outros dois desafios: encontrar solução para a operação deficitária de níquel na Nova Caledônia (VNC), o que pode incluir parceria com outras empresas, e fazer a Samarco voltar a operar, o que depende de licenças de órgãos ambientais.

A evolução no desempenho da mineradora ficou evidenciada ontem com a divulgação dos números do terceiro trimestre. A Vale registrou receita líquida de R\$ 28,6 bilhões, alta de 31% sobre igual período do ano passado. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ficou em R\$ 13,2 bilhões, 37,49% acima do terceiro trimestre de 2016 enquanto o lucro líquido situou-se em R\$ 7,1 bilhões, 288% maior do que o R\$ 1,8 bilhão do mesmo período do ano passado. Os resultados ficaram abaixo da expectativa do mercado, mas, mesmo assim, consistentes, em especial no minério de ferro. Houve maiores preços, melhores prêmios em função de qualidade e maiores volumes.

A expectativa da empresa e do mercado para os próximos trimestres são positivos. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que com base nos preços atuais das commodities, é possível imaginar que a Vale tenha também um bom quarto trimestre. O preço realizado pela empresa para os fins de minério de ferro ficou em US\$ 67,2 por tonelada no terceiro trimestre, 31% acima dos US\$ 51,3 por tonelada do segundo trimestre do ano.

A maior realização de preços contou com efeito positivo da qualidade do minério vendido (mais US\$ 1,7 por tonelada) e de prêmios e condições comerciais (mais US\$ 3,9 por tonelada). A expectativa da Vale é que na média do segundo semestre do ano a soma de qualidade (teor de ferro) e dos prêmios fique próximo de US\$ 5 por tonelada. Esse é um acréscimo que a Vale recebe na realização de preços - pela qualidade de seus produtos, sobretudo de Carajás, no Pará- em relação à média do minério com teor de ferro de 62% vendido no mercado à vista da China.

Na área de redução de custos, Schvartsman destacou o trabalho realizado nas pelotizadoras da Vale, no Espírito Santo. Como resultado, a Vale incluiu no orçamento de 2018 uma redução de US\$ 1,5 por tonelada na pelotização. O objetivo é estender a iniciativa para outras áreas no minério de ferro e também para o Canadá, onde estão as operações de níquel.

Schvartsman disse que a empresa teve evoluções tanto no níquel como no cobre no terceiro trimestre. Mas advertiu: "Em 2018, o foco é geração de caixa em todos os nossos negócios e melhorar muito os resultados de metais básicos." No caso da VNC, ele disse: "A prioridade é buscar o caminho da parceria. Até o fim deste ano vamos definir se teremos um sócio ou não." No níquel, a empresa deve reduzir a produção desse metal em 50 mil toneladas ao longo de dois anos.

No caso da Samarco, o executivo afirmou que o interesse da Vale é que a empresa volte a operar o mais rápido possível, mas reconheceu que o tema depende de licenças de órgãos ambientais. "É compreensível que o processo de licenciamento [da Samarco] seja complicado", afirmou. Em 2017, a Vale terá uma saída de caixa de US\$ 450 milhões com a Samarco e, em 2018, o volume de recursos desembolsados com a subsidiária ainda será expressivo. O número deve começar a reduzir em 2019.

Schvartsman também disse que 2018 será o ano da "desalavancagem" da Vale. Ontem junto com o balanço a Vale atualizou a projeção de dívida líquida para o fim de 2017 para um intervalo entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões. E o investimento do ano para US\$ 4 bilhões. A redução da dívida é importante quando os preços estão em níveis "razoáveis", disse o executivo. Em 22 de novembro, a empresa assinará contratos de financiamento com bancos para a

operação de carvão de Moçambique, os quais vão injetar US\$ 2,7 bilhões na empresa. Esse dinheiro poderá entrar no caixa ainda em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol, Carolina Mandl e Marcos de Moura e Souza | Do Rio, de São Paulo e Belo Horizonte

Título: Três grupos ainda demonstram interesse na Light

Com o prazo final para a entrega das propostas previsto para a segunda-feira, a venda da participação da Cemig na companhia elétrica Light conta até agora com três interessados, apurou o **Valor**. Enel, Equatorial e mais um interessado estrangeiro avaliam o ativo.

A procura pela Light ficou abaixo do previsto, de acordo com pessoas que avaliam a transação. Ao todo, cinco interessados assinaram documentos para ter acesso ao data room.

Além de dívidas de curto prazo, a Cemig também tem uma "put" (opção de venda) que os bancos sócios no controle da Light - Santander, Banco do Brasil e Votorantim - têm contra a companhia, de cerca de R\$ 1,5 bilhão. A opção vence em novembro, e a ideia inicial era utilizar os recursos da venda da Light para pagar as instituições financeiras. Sem algo definido sobre a empresa fluminense até o momento, priorizar a venda da Taesa, empresa de transmissão de energia, passou a ser vista como solução mais rápida.

Uma fatia de 10,6% da Taesa já foi dada como garantia aos credores. Com essa participação, avaliada em quase R\$ 900 milhões, a Cemig poderia usar para pagar uma parte da dívida. Por ser um ativo de transmissão "premium" teria muitos interessados. Um deles seria a colombiana ISA, que junto com a Cemig tem 68,76% do capital votante da empresa. A colombiana poderia fundir a Taesa com a Transmissão Paulista, sua controlada, em um movimento que formaria um gigante privado do setor. Investidores chineses como State Grid, China Three Gorges e Shanghai Electric, também são tidos como potenciais compradores. Mas a Cemig prefere não usar ações da Taesa nessa operação, e sim recursos que vierem a ser obtidos com a Light.

Tanto os bancos quanto a própria Cemig acreditam que deve ser difícil fechar a venda da empresa fluminense ainda neste ano. Por isso estudam juntos outras alternativas. Os potenciais compradores têm interesse apenas nos ativos de distribuição da companhia, algo que não é simples. Algumas estruturas jurídicas são avaliadas neste momento, como a distribuição de dividendos aos acionistas. Se isso acontecesse, a Light ficaria apenas com os ativos de geração.

Bancos e empresa estão em negociação nos últimos dias. Uma das alternativas que a Cemig ainda tenta é pagar agora uma parte e empurrar o resto do pagamento da "put" por um prazo suficiente para que a venda da Light seja concretizada. Outras garantias da "put" dadas pela Cemig aos credores foram R\$ 400 milhões, numa conta vinculada, e 26,06% do capital da Light, que equivale a cerca de R\$ 1 bilhão.

A Enel disse que está atenta a evolução do mercado mas não comenta sobre ativos específicos. A Cemig não comentou. Não foi possível contato com a Equatorial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Destaques

Multa de contrato

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a recurso da Petrobras Distribuidora contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que considerou indevida a cobrança de multa por descumprimento de contrato que foi tolerado durante anos. A decisão é da 4ª Turma (REsp 1338432). O contrato de promessa de compra e venda de quantidades mínimas mensais de combustíveis foi celebrado pela distribuidora e por um posto varejista em 1989. Porém, durante toda a relação comercial - de cerca de seis anos -, o posto de gasolina nunca atingiu a meta mínima mensal. Ao analisar o caso, o TJ-SP considerou a cláusula contratual abusiva. Além disso, levou em consideração que a Petrobras Distribuidora nunca se insurgiu contra a quebra de contrato. Somente quando o posto quis romper o contrato é que a distribuidora ajuizou ação para cobrar a multa compensatória, afirmando ter havido violação de cláusula. Segundo o relator do caso no STJ, ministro Luis Felipe Salomão, a inércia da Petrobras em exigir o cumprimento da obrigação contratual, durante a relação comercial, configurou as figuras da *supressio* (inibição de um direito, até então reconhecido, pelo seu não exercício) e da *surrectio* (a aquisição de um direito pelo decurso do tempo, pela expectativa legitimamente despertada por ação ou comportamento).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Suplemento

Autor: Zhang Xia | Do Yicai Global (da China)

Título: Bambu vai estreiar em óleo e gasodutos

O bambu é um grande negócio na China. As florestas cobrem cerca de 6 milhões de hectares e números recentes indicam que a indústria vale US\$ 24,6 bilhões.

A China também tem muitos dutos - cerca de 120 mil quilômetros só para petróleo e gás. Parece ter sido uma questão de tempo até os dois se unirem.

Quem os aproximou foi Ye Ling, pioneiro na tecnologia de dutos de bambu enrolados, em 2006. No ano seguinte, ele criou uma equipe de pesquisa e desenvolvimento para testar a viabilidade do conceito. "A pesquisa culminou em aplicações industriais em setembro de 2016", diz Ye. "Temos agora três centros de produção em operação".

Ye é presidente do conselho da Zhejiang Xinzhou Bamboo-based Composites Technology Co., Ltd. (Xinzhou Bamboo) e diretor do Centro de Pesquisa de Engenharia para Enrolamento de Compósitos de Bambu (ERCBWC). Suas iniciativas coincidem com uma crescente demanda por óleo e gasodutos: estima-se que, na China, até 2020, eles cheguem a 150 mil quilômetros, avançando para 240 mil quilômetros até 2025.

Mas como o bambu pode ser transformado em dutos? A chave é a torção. O bambu possui boa elasticidade e flexibilidade, por isso pode ser facilmente processado através da tecelagem e do enrolamento. Os dutos de compósito de bambu enrolados com adesivo de resina são à prova de fogo, impermeáveis e anti-sísmicas. Eles fornecem bom isolamento térmico e elétrico, são resistentes à corrosão e podem suportar altas pressões.

E, ao contrário do plástico, do aço, do cimento e de outros materiais tradicionais, eles são "verdes", dado que o bambu é um recurso sustentável, de baixa emissão de carbono e com um ciclo de crescimento curto. "Substituir dutos tradicionais por outros de compósitos de bambu enrolados significa substituir materiais não-renováveis, altamente poluentes e de alto consumo de energia por recursos renováveis", afirma Ye. Também significa economizar dinheiro: estimativas conservadoras apontam redução de custos de 20%.

Munido com esses argumentos, Ye sustenta que os dutos de compósito de bambu devem ser o material preferencial em várias áreas, como indústria de petróleo e gás, sistemas municipais de água, irrigação, telecomunicações e indústrias químicas. A tecnologia também pode ser adaptada para o uso em vagões de alta velocidade, fuselagens de aeronaves e equipamentos militares.

A Xinzhou Bamboo é a única empresa a se especializar em materiais feitos de compósitos de bambu. Ye diz que gostaria que isso mudasse e trabalha para espalhar o "evangelho de bambu" em todo o mundo. Para isso, conta com 66 patentes e o apoio do governo chinês, que declarou que o duto de compósito de bambu enrolado é uma tecnologia nacional fundamental de baixa emissão

de carbono. A administração florestal da China calcula que 500 unidades de produção em larga escala para materiais de bambu enrolado serão construídas na China até 2020, com produção anual de 10 milhões de toneladas e valor total de produção em US\$ 29,4 bilhões.

Os esforços promocionais de Ye incluem a participação em seminários internacionais e acordos de cooperação com outras instituições. Em dezembro passado, o ERCBWC assinou um memorando de entendimento e cooperação com a Rede Internacional do Bambu e do Vime (Inbar).

MME / ASCOM .